**A PRECARIIDADE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO:
as dificuldades de ressocialização e reintegração dos presos ao convívio
social**

**Alessandra Aparecida da Silva¹
Arthur Rodrigues Lara²
Jorge Heleno Costa³**

RESUMO

O presente estudo tem como principal foco abordar as dificuldades de ressocialização e reintegração dos presos ao convívio social. O objetivo geral é analisar as relações do Estado e do Ordenamento jurídico que viabilizam a ressocialização e a inserção do detento na sociedade. Portanto, definiram-se como objetivos específicos: verificar a aplicabilidade e funcionalidade do Programa de ressocialização; identificar quais problemas enfrentados e se ocorre à inserção do apenado ao convívio social. Abordar a precariedade do sistema prisional brasileiro justifica-se porque é importante expor os obstáculos da ressocialização e as possíveis alternativas para sua efetivação, expondo o comportamento que a sociedade tem sobre os egressos e presos, o que isto influencia na ressocialização, e ainda, o descaso do Poder Público quanto ao investimento de políticas públicas na esfera dos estabelecimentos penais, além de demonstrar a importância da ressocialização na sociedade atual. O presente estudo consiste em pesquisa de caráter bibliográfico e enfocará a temática a partir dos aspectos histórico e jurídico, com apoio na consulta de normas jurídicas, do Código Penal, da Constituição Federal e principalmente da Lei de Execução Penal, além de utilizar doutrinas e artigos, que versassem sobre o tema, com resultados tratados de maneira qualitativa a partir da coleta de dados por meio da metodologia exploratória. Com o levantamento de informações ao longo da pesquisa e da análise das informações, foi possível concluir que no atual cenário do sistema prisional brasileiro não é possível a ressocialização do apenado e o mesmo não tem condições efetivas para se reintegrar a sociedade após cumprir pena.

Palavras-chave: Sistema Prisional Brasileiro. Pena. Preso. Egresso. ressocialização.

INTRODUÇÃO

---

¹ Graduanda no 9º período do curso de direito UNIPTAN. E-mail: alessandraasilvar@gmail.com

² Graduando no 9º período do curso de direito UNIPTAN. E-mail: arthurrodrigueslara@gmail.com

³ Mestre em direito. Professor de direito do UNIPTAN. E-mail: jorge.costa@uniptan.edu.br

A presente pesquisa tem como foco principal mostrar a precariedade do sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização e reintegração dos presos ao convívio social.

Segundo Cabral (2009, p. 43)

“as chances de ressocialização serão mínimas se do indivíduo aprisionado forem retirados amor, a independência, a imaginação e a verdade, uma vez que este, como qualquer outro, precisa se sentir importante, realizar obras, ter identidade, principalmente para não perder sua dignidade perante a família. É importante lembrar que a prisão age de forma negativa sobre a personalidade, corrompendo-a na maioria das vezes, o que é comprovado pelo alto índice de reincidência”.

Sendo assim, a situação de modo geral do sistema prisional brasileiro e os problemas enfrentados, quanto à ressocialização e reintegração dos egressos, é um grande desafio, uma vez que os presídios proporcionam um ambiente degradante e desumano ao preso, tendo em vista, a superlotação, a violência, e a falta de higiene que desencadeiam diversas doenças, entre outros problemas que contribuem para a realidade destas instituições. Os obstáculos do sistema prisional brasileiro atingem não somente os apenados, mas toda a sociedade. Além disso, serão expostas as possíveis alternativas para ressocialização, que por sua vez, é um dos objetivos centrais da Lei de Execuções Penais (LEP).

Discutir sobre a precariedade do sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização e reintegração dos presos ao convívio social, justifica-se na relevância de expor os obstáculos da ressocialização e as possíveis alternativas para sua efetivação, expondo o comportamento que a sociedade tem sobre os egressos e presos, e o que isso influencia na ressocialização, e ainda, o descaso do Poder Público quanto ao investimento de políticas públicas na esfera dos estabelecimentos penais, além de demonstrar a importância da ressocialização na sociedade atual.

Dessa forma, o presente artigo/trabalho/pesquisa estabeleceu como problema de pesquisa analisar se é possível a ressocialização do preso diante do atual sistema penitenciário brasileiro, uma vez que há duas finalidades apresentadas pela nossa Lei de Execução Penal, em seu artigo 1º: executar a pena imposta ao condenado e dar condições efetivas para sua reintegração à sociedade. E como objetivo geral analisar e verificar as relações do Estado e do Ordenamento jurídico

que viabilizam a ressocialização e a inserção do detento na sociedade. Para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos serão verificar a aplicabilidade e funcionalidade do Programa de ressocialização; identificar quais problemas enfrentados e se ocorre à inserção do apenado ao convívio social.

O presente estudo consiste em pesquisa de caráter qualitativo e bibliográfica e enfocará a temática a partir dos aspectos histórico e jurídico, com apoio na consulta de normas jurídicas, do Código Penal, da Constituição Federal e principalmente da Lei de Execução Penal, além de utilizar doutrinas e artigos, que versassem sobre o referido assunto.

1 A EVOLUÇÃO DA PENA DA PRISÃO

Desde os primórdios da sociedade, os indivíduos que cometiam crimes ou contravenções eram submetidos a pena, e eram aplicadas de formas distintas das penas previstas no atual Código Penal brasileiro.

Inicialmente, é importante esclarecer o conceito atual de pena, que nas palavras de Fernando Capez é definida como:

Sanção penal de caráter afliitivo, imposta pelo Estado, em execução de uma sentença, ao culpado pela prática de uma infração penal, consistente na restrição ou privação de um bem jurídico, cuja finalidade é aplicar a retribuição punitiva ao delinquente, promover a sua readaptação social e prevenir novas transgressões pela intimidação dirigida à coletividade. (CAPEZ, 2014, p. 358).

É importante destacar que, apesar de desde a antiguidade existir penas para os indivíduos infratores, não havia legislação nem autoridade competente para puni-los. Assim, as próprias vítimas do delito, na tentativa de se defender, costumavam aplicar algum castigo ao infrator que praticasse qualquer conduta reprovável.

Diante disto, por consequência da carência de legislação, o ofendido castigava o infrator da forma que julgava necessário, e por isso, nem sempre era o infrator que sofria a penalidade, pois muitas vezes familiares ou pessoas próximas eram submetidas à pena como forma de punir ou de causar dor e sofrimento ao infrator. Assim, naquela época, era muito comum que a pena passasse da pessoa do condenado.

À vista disso, o termo pena, na concepção de Guilherme Nucci (2015, p.), é conceituado atualmente como “(...) a sanção imposta pelo Estado, por meio de ação penal, ao criminoso como retribuição ao delito perpetrado e prevenção a novos crimes.”.

Nesse sentido, o conceito atual estabelece que a pena deverá ser imposta pelo Estado, o que é completamente diferente do que era aplicado, pois nos tempos remotos, a sanção era imposta pelo próprio ofendido como forma de vingança. É importante mencionar a origem da pena, conforme doutrina Bitencourt:

A origem da pena é muito remota, perdendo-se na noite dos tempos, sendo tão antiga quanto a história da humanidade. Por isso mesmo é muito difícil situá-la em suas origens (...). Surge uma ampla gama de situações e variedade de fatos, que se impõe a considerações, com magníficos títulos para assumir a hierarquia de fatos principais. (BITENCOURT, 2011, p. 505)

Como mencionado anteriormente, não havia local apropriado e seguro para que o infrator cumprisse a pena imposta, o que levava os indivíduos da sociedade a ficarem apreensivos quanto a sua segurança e de seus familiares.

Diante disto, com as mudanças e evolução da sociedade, foi necessária a criação de normas e de leis capazes de estabelecer princípios a serem cumpridos e penas proporcionais e adequadas ao tipo de delito cometido pelo infrator, bem como instituições prisionais qualificadas a proporcionar segurança da sociedade quanto aos ofensores. Assim, criou-se a necessidade de se aderir a um ordenamento jurídico.

1.1. As penas e prisões na atualidade

Como apresentando previamente acima, os próprios líderes de tribos ou determinados grupos aplicavam algum tipo de punição a infratores das normas de conduta, mas, com o passar dos tempos, foram criadas normas adequadas e as punições deixaram de ser exercidas como forma de vingança individual. Tais normas buscam estabelecer penas proporcionais ao crime cometido, deixando para trás as antigas formas de punição excessivas e desumanas.

Atualmente, no ordenamento jurídico brasileiro, o contraventor que comete algum ilícito penal é punido pelo Estado e submetido às normas previstas no Código Penal, e também à Lei de Execuções Penais. As referidas normas

estabelecem o tipo de crime, a pena mínima e máxima a ser cumprida, e determinam também, o tipo de regime de cumprimento de pena, como outras diretrizes a serem estabelecidas e cumpridas.

Hoje, no Brasil, não existe penas cruéis, como de tortura e de morte, sendo aplicadas somente as penas mencionadas no art. 32 do Código Penal, o qual dispõe que as penas são: privativas de liberdade; restritivas de direitos e multa. (BRASIL, .Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940).

Estas penas variam de acordo com o tipo de crime praticado, privando e/ou limitando um bem jurídico do condenado, como, a liberdade, o patrimônio e a vida.

No momento atual, para cumprir a pena, é necessário estabelecer também o tipo de regime a ser adotado entre os três existentes, sendo: regime fechado, semiaberto e aberto. O regime fechado é aplicado para os indivíduos condenados entre oito ou mais anos de reclusão, sendo necessário que os mesmos permaneçam na unidade prisional diariamente. No regime semiaberto, fica estabelecido que, quando não houver reincidência, e a condenação seja entre quatro a oito anos, o condenado tem o direito de trabalhar e fazer cursos durante o dia, fora da prisão, devendo retornar durante a noite, e pode ainda reduzir o tempo de pena a que foi condenado. Já o regime aberto, é aplicado para os infratores condenados até quatro anos de pena, sem que haja reincidência de crime.

Atualmente, as penas são cumpridas em locais apropriados, denominados como prisão ou penitenciárias, sob a supervisão do Estado.

Em face da importância de adentrar sobre o tema de prisão, é necessário salientar o conceito do referido assunto.

A prisão deve ser compreendida como a privação da liberdade de locomoção, com o recolhimento da pessoa humana ao cárcere, seja em virtude de flagrante delito, ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, seja em face de transgressão militar ou por força de crime propriamente militar, definidos em lei. (LIMA, 2012, p. 1168).

Com o objetivo de inibir a liberdade do agente infrator, os presídios foram criados. Assim, o detento era submetido à pena e passava um período preso e excluído da sociedade, para não gerar ameaça e até mesmo como forma de evitar a reincidência em demais crimes.

Nesse sentido, com as inúmeras sanções penais e as penas previstas no ordenamento jurídico, foi muito idealizado pela sociedade que os problemas e a

criminalização diminuíssem, pois a prisão poderia intimidar o criminoso para que o mesmo não cometesse mais nenhuma infração, diante da privação de sua liberdade. Mas a realidade atual é outra, diante do grande aumento do número da população carcerária e a elevação dos números de reincidência no Brasil, como será demonstrado adiante.

20 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO FRENTE À VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

2.1 Sistema prisional no Brasil

Com a criação e a implementação do sistema prisional em nosso País, foram elaboradas normas para serem seguidas e respeitadas. Porém, atualmente elas não são eficazes.

O maior problema que os sistemas prisionais apresentam atualmente é o descaso do Poder público. Não há higienização correta no exterior, a alimentação não é apropriada, seguida a risca por um nutricionista qualificado, há falta de segurança interna, com abuso de autoridade dos agentes penitenciários, entre outros vários fatores negativos que prejudicam o apenado.

Acontece que, as superlotações diante desses aspectos negativos surgem por consequência de vários outros problemas que são enfrentados dentro da prisão, com ênfase na proliferação de doenças tais como: hepatite, tuberculose, DSTs e diversas outras. Na maioria das vezes, o detendo já ingressa na prisão com essas doenças contagiosas e com isso facilita-se a infestação.

O art. 88 da LEP dispõe que:

Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório. Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular: a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana; b) área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados).

É de fácil compreensão que, na prática, o disposto no artigo não é seguido como deveria ser, já que na maioria das prisões vemos celas superlotadas, sem alojamentos apropriados onde não há, inclusive, condições mínimas de higiene.

Na mesma direção, Tailsson Pires expressa que:

Não é preciso ser presidiário para saber que os estabelecimentos penitenciários no Brasil são sinônimos de locais insalubres e não atingem o mínimo de condições exigido para a preservação da dignidade da prisão do infrator. Celas superlotadas, com pouca ventilação, pouca luminosidade, péssimas condições de higiene e de alimentação, que em hipótese alguma simbolizam e atingem a finalidade da sanção penal. (COSTA, 2004, p. 88).

Outro problema que a superlotação gera são as intensificações entre rebeliões e, por consequência, são criadas facções, que têm como ocorrência as violências físicas e sexuais, o tráfico de drogas, e a alta quantidade de mortos e feridos em decorrência dessa superlotação.

São inúmeras as causas de mortes decorrentes dentro da prisão, mas a que mais se destaca é a causada por doenças transmissíveis devidos à insalubridade do local. À vista disso, vale mencionar que as detentas necessitam de assistências específicas. De acordo com Camargo:

Quem mais sofre pela carência de assistência médica são as detentas, que necessitam de assistência ginecológica. [...] Os serviços penitenciários são geralmente pensados em relação aos homens, não havendo assistência específica para as mulheres grávidas, por exemplo. Sanitários coletivos e precários são comuns, piorando as questões de higiene. (CAMARGO, 2006).

Perante o exposto, é nítido que o sistema prisional brasileiro atualmente é falho e se encontra em uma crise quase que irreversível, tanto econômica quanto política. Outro fato que dificulta ainda mais a ressocialização e a reintegração do preso ao convívio social é que por muitas vezes eles são tratados como inferiores dentro da prisão e acabam adquirindo um sentimento de raiva e vingança quando são libertados, o que instiga, assim, seu retorno à vida criminal e consequentemente à prisão.

2.2 Os estabelecimentos penais

Os estabelecimentos penais, nos dias de hoje, no Brasil, são regulamentados pela Lei de Execuções Penais – Lei 7.210, de 11 de Julho de 1984, que notadamente em seu Título IV, no art. 82, cita que os estabelecimentos penais “destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso”.

De acordo com o art. 83 da LEP, dentro destes estabelecimentos deverão ser disponibilizados ao preso condições e assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva. (BRASIL, Lei 7.210, de 11 de julho de 1984).

Os tipos de estabelecimentos são citados entre os arts. 87 a 104 da LEP de formas distintas, sendo:

Penitenciárias: prevista no art. 87 da LEP. É designada ao condenado paracumprir pena de reclusão, em regime fechado;

Colônias: prevista no art. 91 da LEP. É designada para o cumprimento de regime semi-aberto.

Casa do albergado: prevista no art. 93 da LEP. É atribuída ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto.

Centro de observação: previsto no art. 96 da LEP. Local para a realização de exames em geral.

Hospital de Custódia: previsto no art. 99 da LEP. Tem por finalidade acolher e abrigar os detentos que precisam de tratamento médico-psiquiátrico.

Cadeia Pública: prevista no art. 102 da LEP. Local onde ficam os presos provisórios.

No Brasil, vê-se que há uma grande variedade de estabelecimentos penais. De forma distinta, cada um com sua respectiva finalidade e suas normas parareceber o detento.

2.3 A população carcerária

De acordo com informações recebidas pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN – juntamente com pesquisa realizada pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – INFOPEN – a grande maioria da população carcerária é formada pelo gênero masculino (em média de 96,3%), já a população feminina é sua menor parte (em média de 3,7%). Com base em pesquisas aprofundadas a esse órgão até Dezembro de 2020, a população carcerária chegava a 759.518 indivíduos. Em sua grande maioria com baixa escolaridade, com baixa renda e que infiltraram-se ao mundo do crime para sanar seus problemas.

Outro ponto com ênfase a ser destacado é que a grande parte da população masculina é predominante dos crimes contra o patrimônio, já na população feminina, em sua maioria, predominam os crimes de drogas.

Na mesma direção, Zaffaroni menciona dados da UNESCO (2008), os quais atestam que há

forte correlação entre pobreza, baixa escolaridade e encarceramento. A maioria dos presos brasileiros, entre os quais predominam homens entre 18 e 30 anos, é originária dos segmentos sociais de menor renda. Cerca de 95% dos presos brasileiros são oriundos de famílias pobres ou muito pobres e 75% não conseguiram concluir a educação básica, sendo de aproximadamente 12% o percentual de analfabetos.

Ainda segundo Zaffaroni:

Não há dados atualizados disponíveis sobre analfabetos funcionais nas prisões brasileiras, mas, tendo em vista a situação da população em geral, acredita-se que este número deva ser muito elevado, com efeitos negativos diretos sobre a escolarização efetiva dos detentos, sua posterior inserção no mercado de trabalho e não retorno ao crime. Tal situação tem provocado, mesmo em universos políticos conservadores, maior interesse pela educação prisional. (ZAFFARONI, 2010, p.3).

Ao longo do tempo, o número de detentos nas penitenciárias vem crescendo expressivamente, gerando um déficit quanto à quantidade de vagas e uma preocupação para o Estado e diretores dessas instituições carcerárias.

2.4 Descumprimento dos direitos fundamentais

Os direitos e princípios fundamentais, previstos na LEP e na Constituição Federal, não são respeitados, contrariando o ordenamento jurídico e violando os direitos fundamentais dos detentos, por exemplo, o direito à integridade física e moral do preso, à educação, à saúde, à assistência judiciária, entre outros.

Nesse sentido, vale mencionar a ideia de Machado, que diz:

E essa crise, com todas as deficiências existentes nas penitenciárias e na execução das penas privativas de liberdade, acaba afrontando importantes princípios expressos na legislação interna e nos tratados internacionais em que o Brasil e outros tantos países fazem parte, em especial ao respeito à integridade física e moral do preso. Assim, a questão da afronta a outros direitos que não correspondentes àqueles retirados pela sentença condenatória é mais um absurdo que se presencia no cotidiano vivenciado nos presídios superlotados e de precárias condições. (MACHADO, 2013, p. 5).

No Brasil, não existe pena de morte e torturas, porém é constante a prática desses atos dentro das prisões, o que contradiz totalmente o art. 5º, inciso III da Constituição Federal, que cita “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”, em conformidade com o inciso XLVIII que dispõe que, “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado”, (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

À vista disso, Greco doutrina que:

É de conhecimento geral que os direitos dos apenados não são violados apenas no momento de cumprimento da pena, mas no que diz Rogério Greco “não existem programas governamentais para sua reinserção social, além do fato de a sociedade não perdoar aquele que já foi condenado por ter praticado uma infração penal”. (GRECO, 2012, p. 649).

3 DIFICULDADES DE RESSOCIALIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DO PRESO NA SOCIEDADE E ALTERNATIVAS PARA SUA EFETIVAÇÃO

3.1 Ressocialização e reintegração e a visão da sociedade

Inicialmente, é necessário mencionar que, segundo Manfroi (2013), a ressocialização “é tida por boa parte dos estudiosos do direito penal como a mais importante das funções da pena”. (MANFROI, 2013, p. 20).

Um dos objetivos centrais da Lei de Execuções Penais é assegurar que haja ressocialização de todos os detentos que foram privados de liberdade, e, para facilitar o retorno do preso à sociedade, o sistema prisional aplica projetos educacionais buscando profissionalizá-los e prepará-los para que, quando voltarem à liberdade, eles vejam as mudanças quanto ao modo como ingressaram no mundo do crime.

Como visto nos tópicos anteriores, atualmente, o sistema prisional brasileiro possui inúmeras falhas, o que o torna precário, e que, conseqüentemente, dificulta a ressocialização do apenado na sociedade. Além desses aspectos negativos, após cumprirem a pena, isolados do mundo exterior, os ex-presidiários encontram dificuldades para retornar ao convívio social, necessitando que haja apoio, respeito, confiança e oportunidades da coletividade. Contudo, na atualidade, tais necessidades não são aplicáveis.

Conforme Greco, cabe mencionar que:

Parece-nos que a sociedade não concorda, infelizmente, pelo menos à primeira vista, com a ressocialização do condenado. O estigma da condenação, carregado pelo egresso, o impede de retornar ao normal convívio em sociedade. (GRECO, 2011, p. 443).

A busca por um emprego para manter-se ou sustentar a família é um dos maiores objetivos que o infrator busca após cumprir a pena e sair da prisão. Contudo, diante do passado e do histórico da ficha criminal do ex-presidiário, há um grande receio por parte dos empregadores em oferecer emprego, pois têm a visão de que o indivíduo pode ser uma ameaça para sua segurança e da sociedade.

Nesse sentido, Zacarias explica que:

Devemos ter em mente, que o preso, o condenado, na mente do cidadão comum e mesmo dos mais evoluídos, será sempre uma ameaça, não bastando que tenha pago seu crime com a supressão de sua liberdade, a pecha lhe incomodará por toda sua vida. (ZACARIAS, 2006, p. 65).

Além da extrema carência do sistema prisional afetar na ressocialização, ainda há preconceitos da sociedade para com o egresso quando o mesmo busca retornar ao convívio social. A partir de tamanhas indiferenças, por se tratar de ex-presidiário, as oportunidades no mercado de trabalho formal vão se tornando mínimas.

É importante ressaltar que, devido às péssimas condições do sistema prisional brasileiro, o princípio da dignidade da pessoa humana é constantemente desrespeitado, principalmente quando o preso busca retornar à sociedade, momento em que a desigualdade é ainda maior, pois não são tratados como uma pessoa livre, são vistos como não merecedores de um trabalho e uma vida digna.

Diante das desigualdades, da precariedade do ambiente prisional, da falta de garantias e de assistências asseguradas pela própria LEP e pela Constituição Federal, por exemplo, a assistência psicológica, indispensável para a saúde mental de qualquer pessoa, motivo pelo qual não pode ser menosprezada ou descartada, deparamo-nos com o cenário do nosso atual sistema prisional, em que a maior parte dos detentos dificilmente saem melhores do que quando entraram na prisão.

Conforme o exposto, para que haja a efetiva ressocialização e reintegração do egresso na comunidade, é necessário que a sociedade mude sua visão e seu comportamento diante de tais indivíduos, começando, por exemplo, pelo tratamento digno, sem desigualdades sociais.

3.2 Ausência de Políticas Públicas para a ressocialização

Há grande dificuldade para um egresso retornar à sociedade, pois, além das desigualdades, e por enfrentar inúmeros fatores negativos dentro dos próprios estabelecimentos penais, há também a precariedade quanto às políticas públicas, que no Brasil, são defasadas em vários aspectos. Alguns dos programas já existentes e destinados à ressocialização não são suficientes para serem aplicados a todos os condenados. De acordo com Nery Junior e Nery (2006, p.164), “tanto quanto possível, incumbe ao Estado adotar medidas preparatórias ao retorno do condenado ao convívio social”.

Para proporcionar o retorno à sociedade, diminuir as desigualdades que existem e buscar melhorias na vida dos condenados e egressos, é imensurável a importância da implantação de políticas públicas no ambiente prisional as quais visem melhorias, seja na área da saúde, da educação, da segurança ou no trabalho.

Amparada pela Constituição Federal, temos, como exemplo, a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), que busca “promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar”. (FBAC, 2019).

Apesar de as políticas públicas não serem suficientes frente ao sistema penitenciário brasileiro, é, por meio delas que, conforme estabelece a LEP em seu art. 126, §1º, há a possibilidade de remição da pena aos detentos, pois, de acordo com o estudo e trabalho, a cada 12 horas de frequência escolar é equivalente à proporção de 1 dia de remissão e 3 dias de trabalho que equivalem a 1 dia de remissão. (BRASIL, Lei 7.210, de 11 de Julho de 1984).

Para diminuir a criminalidade, são realizados projetos educacionais e profissionalizantes, que têm como objetivo evitar que os indivíduos voltem ao mundo do crime, pois, de acordo com a ideia de Baratta “a educação e o trabalho são as formas mais corretas para levar o apenado a transformar a si e ao seu meio, marcado pela violência e a intolerância, em suas múltiplas formas, e legitimada por uma concepção positivista que trata o condenado como incapaz” (BARATTA, 1991, p. 203).

A LEP vem se tornando cada vez mais ineficaz, não só diante da carência de assistência educacional e profissionalizante, mas em vários outros aspectos, conforme cita Zacarias:

Apesar de moderna, procurando racionalizar, desburocratizar e flexibilizar o funcionamento do sistema prisional, a Lei de Execuções Penais não tem produzido os resultados concretos almejados por seus autores e esperados pela sociedade. Tal ineficácia está na omissão do Poder Executivo que, procurando de todas as formas dirimir e eximir-se de suas obrigações básicas no plano social, até a presente data não houve investimentos necessários em escolas, em fábricas e fazendas-modelo, ou mesmo comércio; em pessoal especializado e em organizações encarregadas de encontrar postos de trabalho para os presos em regime semiaberto e aberto, principalmente para os egressos dos estabelecimentos penais. (ZACARIAS, 2006, p. 35).

Contudo, infelizmente, é ausente a busca por melhorias no sistema prisional por parte do Estado, pois, se houvesse interesse em ressocialização e investimento em políticas públicas, o sistema prisional não estaria defasado e superlotado, e os índices de criminalidade e reincidência não seriam tão altos como os da atualidade.

3.3. Políticas Públicas como medida ressocializadora

Como se sabe, o acesso à educação é direito de todos os brasileiros, como cita o art. 205 da Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, Constituição Federal, 1998).

Porém, o Sistema Prisional Brasileiro é muito falho em relação à aplicação de políticas públicas, que têm como foco a ressocialização e o egresso do apenado ao meio social. Essas políticas públicas são extremamente importantes, pois possibilitam que os condenados em regime fechado ou semiaberto diminuam suas penas com o ensino educacional, de acordo com o que menciona o art. 126 da LEP, §1º, inciso I, “um dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar”. (BRASIL, Lei 7.210, de 11 de julho de 1984).

Além de a educação ser um benefício, ainda ocupa a mente e o tempo do preso. Vale mencionar também o trabalho, outra excelente forma com finalidade

educativa e profissional. Por meio dele, é possível adquirir benefícios, como formação profissional, auxílio reclusão, entre outros benefícios que farão com que o condenado tenha o direito à remissão de pena. Porém, para que o apenado possa ter esse benefício, ele precisará ter cumprido um sexto da pena e em regime semiaberto.

3.4. Barreiras da Ressocialização

São inúmeros os obstáculos da ressocialização e da reintegração do preso ao convívio social. Há vários impecilhos no próprio ambiente prisional, os quais complexificam ainda mais a sua efetivação, como, o tráfico de drogas, violências físicas, morais e sexuais, facções e rebeliões. Esses problemas atrapalham principalmente aos detentos que se arrependeram e que tinham força de vontade para buscar oportunidades de desenvolvimento para não voltar a cometer crimes.

Outra barreira que se discute muito é o preconceito e a discriminação da população com a volta do preso à sociedade. O que causa tamanha dificuldade de reintegração é a falta de políticas públicas, como mencionado no item anterior.

3.5. Possibilidades para a efetivação da ressocialização

A precariedade do sistema prisional e a falta de comprometimento em aplicar corretamente a LEP, como foi apontado anteriormente, são pontos que dificultam a promoção de um sistema prisional eficaz. Inicialmente, o descaso com o sistema prisional está ligado principalmente à negligência do Poder Público, que simplesmente não busca melhorias e nem aplica recursos suficientes em investimentos indispensáveis, como a saúde, a higiene e a segurança.

Para que haja ressocialização de forma sucinta e eficaz é indispensável a aplicação de assistências asseguradas e previstas em lei aos apenados, dando ênfase à assistência psicológica, pois a saúde mental do preso é extremamente afetada durante o cumprimento da pena, pois ele vive em um local insalubre, onde presencia diariamente a violência, como abusos sexuais e morais. Por esse motivo, torna-se mais que necessário maior atenção do Poder Público às atuais condições dos presídios.

Ademais, buscando efetivar tais melhorias, é importante que o Estado invista corretamente em políticas públicas, pois investimentos em trabalho e em educação facilitam a ressocialização e a reintegração do egresso na sociedade.

Outro fator que pode ser aplicado visando melhorar a ressocialização é oferecer mais segurança e respeito aos familiares do condenado, pois o vínculo familiar é primordial para os egressos ao retornarem à sociedade. Diante dessa importância, nas visitas do familiar ao preso, as revistas íntimas poderiam ser realizadas de modo que o familiar não ficasse tão constrangido, pois, muitas vezes, por passar por tamanho constrangimento, o familiar se afasta do preso, causando mais transtorno psicológico a ele que se sente ainda mais excluído.

Conforme Carvalho vale mencionar que:

A importância da família está presente não apenas nos discursos como nas atitudes dos presos – em determinadas situações diante do Diretor, das autoridades públicas e de outras pessoas que visitam a instituição – com o intuito de criar para si uma imagem que corresponda aos papéis do homem “trabalhador”, “cidadão” e “religioso”. (CARVALHO, 2011, p. 167).

À vista disso, além das disposições legais previstas no ordenamento jurídico, é primordial a aplicação e o cumprimento das normas e dos princípios, para que se possam diminuir os aspectos agravantes que o próprio sistema prisional brasileiro dispõe para dificultar o processo de ressocialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conteúdo abordado ao longo do presente trabalho deixa claro o desinteresse do Poder Público em ampliar investimentos para melhoria e manutenção do sistema prisional, bem como quanto ao reconhecimento de que os condenados devem ser tratados de forma digna, assim como os demais cidadãos comuns.

Como foi citado, a precariedade do sistema prisional afeta diretamente no reingresso do apenado ao convívio social pelo fato de que ele irá colocar em prática o que aprendeu na prisão tendo duas opções: recomeçar sua vida ou voltar para o crime. Em consequência disso, é indispensável o investimento por parte do Estado.

Atualmente a legislação dispõe de várias disposições quanto à ressocialização, porém, infelizmente a realidade apresentada é outra, pela falta de assistência do Poder Público.

Todavia, a Lei de Execuções Penais é muito ampla no sentido de conter disposições que possam ser utilizadas como meio de ressocialização, por exemplo, a educação e o trabalho, tendo capacidade de ser efetiva durante o cumprimento do apenado dentro e fora dos estabelecimentos penais, com o objetivo principal de aprimorar os conhecimentos e tomar o tempo ocioso do preso.

Constata-se então que a reintegração e a ressocialização dos presos se mostra distante de ser atingida e se tornar eficaz de acordo com as disposições disponíveis na LEP, visto que existem inúmeras dificuldades enfrentadas pelos condenados e egressos, sem contar com o preconceito existente na sociedade durante o retorno ao convívio social.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATTA, Alessandro. Resocialización o control social – por um concepto crítico de reintegración social del condenado. In: ARAUJO JUNIOR, João Marcello (org.).

Sistema penal para o terceiro milênio (atos do Colóquio Marc Ancel). 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 251-265.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 17. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com a Lei n. 12.550, de 2011. – São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL, DEPEN. **Departamento Penitenciário Nacional**. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>> Acesso em: 13 mar. 2021

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 05 mar. 2021.

BRASIL. **Lei de Execução Penal nº 7.210, de julho de 1984**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm> Acesso em: 13 mar. 2021

CABRAL, Narjara Oliveira. Sistema Carcerário Brasileiro. **Revista Jurídica**

CAMARGO, Virginia da Conceição. **Realidade do sistema prisional**, 2006. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2971/Realidade-dosistema-prisional>> Acesso em: 17 mai. 2020.

COSTA, Tailson Pires. **A dignidade da pessoa humana diante da sanção penal**. São Paulo: Editora Fiúza Editores, 2004.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal. Vol. 1 Parte Geral.** Rio de Janeiro: Impetus. 2012, p. 649.

GRECO, Rogério. Direitos Humanos, **Sistema Prisional e Alternativa à Privação de Liberdade.** São Paulo: Saraiva, 2011.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal. Vol. 1.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

MACHADO, Vitor Gonçalves. **Análise sobre a crise do sistema penitenciário e os reflexos do fracasso da pena de prisão.** 2013. Disponível em: <http://www.derechoycambiosocial.com/revista033/a_crise_do_sistema_penitenci%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2020.

MANFROI, Ilionei. **Vigilância eletrônica de presos: alternativa à superlotação prisional e possibilidade de ressocialização.** In: Âmbito Jurídico, 2013.

NERY JUNIOR, Nelson ; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional.** São Paulo: RT, 2008.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. **Execução Penal Comentada.** 2 ed. São Paulo: Tend Ler, 2006.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Revan; 2010.